

Educação e MST: análise sobre a situação escolar das crianças do *Acampamento Marielle Vive!* durante a pandemia de Covid-19

 Fabiana de Cássia Rodrigues¹,  Júlia Pacheco e Zan²

^{1, 2} Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Departamento de Filosofia e História da Educação/Faculdade de Educação. Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo. Campinas - SP. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: jz.pa87@gmail.com

RESUMO. O presente texto tem por objetivo discutir a maneira como se deu o atendimento escolar às crianças do *Acampamento Marielle Vive!*, entre março de 2020 e julho de 2021, mostrando as dificuldades agravadas pelo contexto da pandemia, entre elas: empecilhos estruturais para realizar as atividades escolares, causados pela falta de assistência por parte do Estado; ausência de correções e acompanhamento das atividades escolares por parte dos professores; e a situação econômico-social das famílias, prejudicada pelo aumento do desemprego no país. A metodologia da investigação seguiu uma abordagem qualitativa, tendo por base fontes bibliográficas, documentos da política educacional da cidade – decretos e outras normativas sobre a educação de Valinhos no referido período –, além de normativas mais gerais da política educacional sob a pandemia e entrevistas, que foram realizadas com os responsáveis pelo Setor de Educação do acampamento, mães das crianças e pessoas que atuam na educação do município. Foi possível concluir que a necessidade de auto-organização ocorreu paralelamente às debilidades no atendimento escolar da prefeitura da cidade de Valinhos. Diante de todas as dificuldades, as alternativas encontradas por meio da mobilização do Setor de Educação do acampamento mostraram-se eficazes no atendimento às crianças Sem Terrinha, evidenciando que o fato de pertencerem a uma organização política como o MST foi decisivo na reação ao contexto da pandemia.

Palavras-chave: educação, MST, pandemia, covid-19.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16420	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Education and MST: analysis on the scholar situation of children in *Acampamento Marielle Vive!* during the Covid-19 pandemic

ABSTRACT. This text aims at discussing the way in which the school care for the kids of *Acampamento Marielle Vive!* camp happened, between March 2020 and July 2021, showing the difficulties aggravated by the Pandemic, between them: structural obstacles for carrying out school activities, caused by the lack of care by the State; the absence of corrections and monitoring by teachers; and the social-economic situation of the families, impaired by the unemployment's increase in the country. The investigation's methodology followed a qualitative approach based on: bibliographical sources, documents on the education policy from the city - decrees and other regulations on education in Valinhos during the referred period -, besides the general regulations of the education policy during the Pandemic, and interviews - carried out with the officials of the education sector at the camp, children's mothers, and people who act in the city's schools. It was possible to conclude that the necessity of self-organization occurred in parallel to the weaknesses in the school care of the municipality. In the face of all the challenges, the alternatives found by means of the mobilization of the education sector at the camp showed themselves to be effective at the care of the landless children, highlighting that the fact that they belong to a political organization as MST was decisive in the reaction during the Pandemic.

Keywords: education, MST, pandemic, covid-19.

Educación y MST: análisis de la situación escolar de los niños del *Acampamento Marielle Vive!* durante la pandemia de covid-19

RESUMEN. El presente texto tiene como objetivo discutir la manera en que se llevó a cabo la atención escolar a los niños del *Acampamento Marielle Vive!*, entre marzo de 2020 y julio de 2021, mostrando las dificultades agravadas por el contexto de la pandemia, tales como: obstáculos estructurales para realizar las actividades escolares, causados por la falta de asistencia por parte del Estado; ausencia de correcciones y seguimiento de las actividades escolares por parte de los profesores; y la situación económico-social de las familias, perjudicada por el aumento del desempleo en el país. La metodología de la investigación siguió un enfoque cualitativo, basado en fuentes bibliográficas, documentos de la política educativa de la ciudad -decretos y otras normativas sobre la educación de Valinhos en dicho período-, además de normativas más generales de la política educativa bajo la pandemia y entrevistas, que fueron realizadas con los responsables del sector educativo del campamento, madres de los niños y personas que actúan en la educación del municipio. Fue posible concluir que la necesidad de auto-organización ocurrió paralelamente a las debilidades en la atención escolar de la municipalidad de la ciudad de Valinhos. Ante todas las dificultades, las alternativas encontradas a través de la movilización del sector educativo del campamento se mostraron eficaces en la atención a los niños sin tierra, evidenciando que el hecho de pertenecer a una organización política como el MST fue decisivo en la reacción al contexto de la pandemia.

Palabras-clave: educación, MST, pandemia, covid-19.

Introdução

Nas últimas décadas, pesquisas demonstram a recorrente precariedade e discriminação na educação das crianças e dos adolescentes que vivem em áreas rurais, em especial quando atenta-se para os dados de analfabetismo, grau de escolaridade e permanência, que expressam a profunda desigualdade entre campo e cidade no Brasil (Bezerra Netto, 2003).

Uma pesquisa recente realizada em 2021 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), utilizando-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), atesta que, a despeito dos projetos educacionais com foco nas áreas rurais desenvolvidos nos anos 2000: a taxa de analfabetismo no campo é cerca de três vezes maior do que a urbana, sendo a escolaridade média desta quase o dobro daquela. Além disso, persiste a precariedade das instalações das escolas que atendem crianças e adolescentes que vivem no campo, não dispondo, muitas vezes, de biblioteca, laboratório de informática ou acesso à internet de boa qualidade. Os resultados indicam ainda que, nesse quesito, nem mesmo em São Paulo, um dos estados mais ricos do país, a situação difere, já que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para educação – produzido a partir da média geométrica de dois indicadores: escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem – é extremamente reduzido nas áreas rurais em contraste com a média apresentada pelas áreas urbanas do estado.

Adicionalmente, a média de anos de estudos para as pessoas com idade acima de 10 anos, na região Sudeste, é de 8,65 nas áreas urbanas e de 5,74 nas áreas rurais, muitíssimo aquém da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, que previa o aumento da escolaridade para 12 anos entre a população do campo, a fim de combater as desigualdades sociais que afligem com maior intensidade essa parcela dos/as brasileiros/as (IPEA, 2021).

Esses dados que denotam a desigualdade entre territórios rurais e urbanos expressam uma das motivações para uma pesquisa que abordou as condições do atendimento escolar de crianças em um acampamento do Movimento Rural Sem-Terra, no interior do estado de São Paulo, sob a pandemia de covid-19. Sendo assim, foram investigadas em que circunstâncias as crianças que residem em território rural, em disputa pelo MST, vivenciaram o atendimento escolar no contexto de suspensão das atividades escolares presenciais.

Mais precisamente, nosso lócus de observação, reflexão e pesquisa é a experiência que foi vivenciada no *Acampamento Marielle Vive!*, no município de Valinhos (SP). A ocupação ocorreu em abril de 2018, mesmo ano em que a vereadora Marielle Franco foi assassinada, o que inspirou o nome do acampamento. Segundo dados de Silva (2022), as famílias vieram de cidades vizinhas, como Limeira, Americana, Sumaré, Hortolândia e da periferia de Campinas. São trabalhadores que possuem emprego nas cidades, além de construírem a luta diária no acampamento. Segundo uma das entrevistadas do setor de educação, nos anos de 2020 e 2021 – recorte desta pesquisa –, havia cerca de 120 crianças vivendo no local. Em 2021, 54 delas estavam matriculadas em escolas do Ensino Fundamental I e II, sendo apenas uma matriculada no 1º ano, sete crianças no 2º ano, cinco estavam matriculadas no 3º ano, oito no 4º ano, seis crianças no 5º ano, sete no 6º ano, onze matriculadas no 7º ano, seis no 8º ano, e três no 9º ano.

A prefeitura de Valinhos é responsável pelo oferecimento da educação para as crianças de 4 a 14 anos do acampamento, por meio de duas escolas municipais de Ensino Fundamental, enquanto o Ensino Médio é oferecido por uma escola estadual. Já a creche, para crianças de 0 a 3 anos, está localizada em outro município, o que contraria o direito do acesso à creche próxima à residência, segundo consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96).

Em janeiro de 2021, a Profª. Drª. Fabiana de Cássia Rodrigues, uma das autoras do presente artigo, foi convidada a integrar um grupo de trabalho do Ministério de São Paulo (MP-SP), para acompanhar o acesso aos direitos sociais por parte das famílias do *Acampamento Marielle Vive!*. A proposta se deu pelo Núcleo de Incentivo em Práticas Autocompositivas (NUIPA), projeto-piloto que faz parte do Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP). As demandas que foram discutidas na ocasião referiam-se ao atendimento escolar das crianças que vivem no acampamento, às desigualdades no atendimento escolar entre campo-cidade e temas adjacentes. No decurso deste trabalho, foi possível observar que as principais demandas em relação à educação envolviam diretamente a temática da Educação do Campo. Os resultados da pesquisa ora apresentados consistem num dos desdobramentos dessa experiência.

O artigo tem por objetivo discutir a maneira como se deu o atendimento escolar às crianças do *Acampamento Marielle Vive!*, entre março de 2020 e julho de 2021, mostrando as dificuldades agravadas pelo contexto da pandemia, entre elas: os empecilhos estruturais para

realizar as atividades escolares, causados pela falta de assistência por parte do Estado; a ausência de correções e acompanhamento das atividades escolares por parte dos professores; e a situação econômico-social das famílias, prejudicada pelo aumento do desemprego no país. Foi delimitada a faixa etária dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (6 a 10 anos), período de alfabetização, que demanda maior preocupação, uma vez que ocupa um importante espaço no processo de aprendizagem dos alunos, podendo causar grande impacto no futuro.

A metodologia da investigação seguiu uma abordagem qualitativa, tendo por base: fontes bibliográficas, documentos da política educacional da cidade – decretos e outras normativas sobre a educação de Valinhos no referido período –, além de normativas mais gerais da política educacional sob a pandemia e entrevistas. Estas foram voltadas para compreender a situação das crianças durante a pandemia, qual atendimento educacional tiveram por parte da prefeitura e quais foram as mobilizações do Setor de Educação do acampamento durante esse período. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas. Foram entrevistadas: 4 mulheres, mães e partícipes do Setor de Educação do acampamento (Ellen, Guida, Jacqueline e Zuleica) e uma professora da rede municipal de Valinhos (Paula).

O texto está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente serão discutidas as condições de existência no *Acampamento Marielle Vive!*, o papel do Setor de Educação no território e a maneira como ele se organizou durante a pandemia de Covid-19 para colaborar com as necessidades educacionais das crianças do local. Em seguida será apresentada a discussão acerca do atendimento escolar e o papel do Setor de Educação no acampamento, segundo a visão de mães e educadoras do território. Por fim, a terceira parte do texto aborda as decisões e os procedimentos adotados pela gestão da educação no município de Valinhos sob o período em questão.

Desafios da educação de crianças no *Acampamento Marielle Vive!* sob a pandemia de Covid-19

Desde o começo da ocupação, o acesso à água potável foi uma das principais dificuldades até que, em 2019, após o assassinato de Seu Luís – morador do acampamento –, durante uma manifestação pelo direito à água, a prefeitura se comprometeu a garantir caixa d'água para a comunidade. A promessa, porém, não foi cumprida, e ainda em 2023 o fornecimento era realizado através de um caminhão-pipa (10 mil litros de água por dia).

Quanto à pauta da educação, além da discriminação sofrida pelas crianças Sem Terrinhas dentro do ambiente escolar, a partir do segundo semestre de 2018 as crianças do acampamento sofreram corte das vagas do transporte escolar e, somente em fevereiro de 2019 – após a perda de um semestre do ano letivo por parte das crianças do acampamento –, a prefeitura foi obrigada a voltar a fornecer o transporte escolar por meio de uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE). Já em relação ao acesso à energia elétrica, o acampamento conta com placas solares e internet via rádio, o que não atende plenamente às demandas da comunidade (Del Passo & Rodrigues, 2022).

No cenário da pandemia, especificamente, essas dificuldades se tornaram ainda mais graves. Por se tratar de uma crise sanitária, o baixo abastecimento de água fez da condição das famílias bem mais precária. Igualmente, as dificuldades educacionais também foram intensificadas pela falta de energia elétrica, já que com o fechamento das escolas e a implementação do ensino remoto, as crianças do acampamento sofreram com a impossibilidade de acesso à plataforma digital disponibilizada pela prefeitura.

Vale lembrar que as condições de vida das crianças do *Marielle Vive!*, assim como das crianças em geral no Brasil, não foram observadas quando se deu a decisão sobre o emprego do ensino remoto. Segundo Saviani e Galvão (2021, p. 38), havia certos pré-requisitos para que, mesmo em caráter emergencial, o ensino remoto fosse adotado, os quais não foram devidamente considerados. Dizem eles:

... determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais.

... redes de ensino estaduais e municipais, assim como diversas instituições públicas de ensino superior, lançaram mão do “ensino” remoto para cumprir o calendário escolar e o que se observou de maneira geral foi que as condições mínimas não foram preenchidas para a grande maioria dos alunos e também para uma parcela significativa dos professores, que, no mais das vezes, acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho.

No caso do *Marielle Vive!*, diante da impossibilidade de acesso à internet, conjuntamente às articulações tecidas pelo Setor de Educação do acampamento com as escolas, passou a haver a entrega de atividades impressas, o que levou a outras duas dificuldades por parte da comunidade: a falta de transporte para que as famílias fossem até as

escolas buscar as atividades e a falta de acompanhamento docente para execução dessas tarefas.

Tal contexto de agravamento das dificuldades fez com que o próprio Setor de Educação do acampamento passasse a se mobilizar para atender às demandas das crianças, como será descrito a seguir.

Atendimento escolar e o papel do Setor de Educação do Acampamento Marielle Vive! na visão das mães e educadoras do território

Durante todo o período de isolamento social, o Setor de Educação deu continuidade às cirandas, que consistem num espaço voltado para as crianças, onde elas possuem liberdade para brincar, compartilhar experiências e se expressarem da forma que quiserem. Segundo Freitas (2018), a ciranda é um espaço em que as crianças são consideradas sujeitos do movimento. Para o autor, trata-se de um lugar de encontro do coletivo infantil, em que as crianças podem “[...] se reconhecer entre elas nas experiências que compartilham, de criarem identidade com a luta da qual fazem parte”, pois, para ele, as crianças também são sujeitos da luta pela reforma agrária, embora vivenciem esse processo através do seu olhar de criança (*ibidem*, p. 97).

A ciranda constitui uma das práticas que dialoga com a hipótese desta pesquisa: o fato de essas crianças fazerem parte de um movimento político organizado modificou a maneira como elas vivenciaram a pandemia e a suspensão do ensino presencial. Afinal, através dos dados coletados nas entrevistas, foi possível constatar que, diferentemente de outras crianças, as do acampamento não tiveram seu processo de socialização interrompido de forma brusca, pois seguiram convivendo e brincando entre elas, além do acolhimento e cuidado recebido pelas educadoras - que foi extremamente importante, tendo em vista o momento de pânico e de incertezas da crise sanitária. Como dito por Jacqueline, do Setor de Educação: “diferente de outras crianças, as do Marielle não ficaram sozinhas”.

Além disso, a ciranda também se mostrou essencial para o acompanhamento educacional das crianças por parte do Setor de Educação, pois, segundo as respostas das educadoras às entrevistas, foi por meio das cirandas que elas puderam identificar as dificuldades tanto no aprendizado das crianças, causado pelo distanciamento da escola, quanto aquelas advindas da realidade social das famílias, que foram agravadas pela pandemia.

Diante desse quadro, o próprio Setor de Educação do acampamento desenvolveu uma espécie de reforço escolar, com o intuito de auxiliar as crianças a acompanhar as atividades escolares que, até então, estavam sendo oferecidas remotamente. O reforço acontecia no espaço da Escola Popular Luís Ferreira e, em cada período do dia, era destinado a uma série específica: manhã – 1º, 2º, 3º e 4º anos; tarde – 5º, 6º, 7º e 8º; noite – 9º e Ensino Médio.

No primeiro momento, por conta da falta de energia elétrica, as crianças do acampamento encontraram dificuldade em acompanhar as atividades remotas, o que fez com que os professores passassem a disponibilizar as atividades impressas, procedimento que, segundo Stencil (2022), foi uma alternativa adotada por muitos municípios durante a pandemia.

No entanto, surgiu a dificuldade do transporte por parte das famílias, o que fez com que as próprias educadoras do Setor de Educação se organizassem para buscar as atividades nas escolas. Segundo nos explicou a entrevistada e educadora do acampamento, Guida, em seguida surgiu um outro desafio: “as atividades vinham sem explicação” e, segundo Ellen, a maioria dos pais não são alfabetizados, pois “muitas vezes, largaram a escola para trabalhar”, o que dificultou o auxílio aos seus filhos nas atividades escolares durante a pandemia.

Além disso, como relatado por Ellen, o retorno por parte dos professores não foi frequente, já que existe uma distância entre eles e a comunidade do acampamento, impossibilitando-os de conhecer a realidade dessas crianças. Como mostrado por Stencil (2022), a pequena interação entre as escolas e as comunidades rurais já era algo presente e foi agravado pela pandemia, dificultando o acesso dessas crianças a uma educação de qualidade.

A resposta do Setor de Educação do acampamento, então, foi desenvolver atividades próprias, principalmente voltadas para a alfabetização, que, segundo Guida, tinham como base teórica o método de Paulo Freire - responsável por alfabetizar trabalhadores camponeses em meio à ditadura militar brasileira. Porém, como lembrado pela própria Ellen: “o Setor de Educação tinha seus limites, afinal somos educadoras, não professoras”.

Para superar essa dificuldade, no final de 2021 o movimento contou com o apoio de um grupo de estagiários da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que passou a dar suporte ao Setor de Educação, na medida em que algumas atividades escolares nem mesmo as educadoras conseguiam realizar. Nesse contato, primeiramente foram feitas reuniões para compreender melhor as dificuldades das crianças do acampamento e, a partir disso, foram elaboradas ações que pudessem contribuir com o apoio escolar já desenvolvido

pelo Setor de Educação. Os/as estagiários/as acompanhavam crianças do Ensino Fundamental II que demonstravam maior dificuldade nas matérias de história e matemática. Foram feitas avaliações das apostilas e das atividades disponibilizadas pelas escolas, para que fosse possível ajudá-las a retomar a defasagem agravada pela pandemia.

De um lado, professores em formação, sob orientação de pesquisadores acadêmicos da área, que puderam levar contribuições teóricas para o Setor de Educação. Por outro, as educadoras e crianças do acampamento, que, ao carregarem uma extensa bagagem de vida e de luta, trouxeram contribuições para a prática dos estagiários. Assim, construiu-se um movimento dialógico de interação e troca entre saberes da universidade e da comunidade.

O Setor de Educação do *Acampamento Marielle Vive!* é liderado e composto majoritariamente por mulheres negras e militantes. Elas, mesmo com tantos desafios ao longo de suas trajetórias de vida, se mostram extremamente atuantes e preocupadas com a educação das crianças do acampamento. A mobilização realizada pelo Setor de Educação, além de assumir um papel que deveria ser do Estado, comprova que o fato de as crianças pertencerem a uma organização política como o MST, que historicamente, luta pelo direito à educação e à escola, influenciou a forma como o acampamento reagiu aos impactos da pandemia sobre o atendimento escolar, garantindo uma rede de apoio às crianças Sem Terrinha (Caldart, 2004).

Portanto, nesse sentido, as crianças do acampamento tiveram um acolhimento maior do que outras que, assim como elas, vivem em situações de vulnerabilidade social, como explicado por Ellen: “o Setor de Educação foi algo primordial para muitas crianças aqui no acampamento. muitas coisas que a criança não teve lá fora, as nossas crianças tiveram aqui dentro”, pois segundo ela: “o coletivo da educação se reuniu e decidiu estar ajudando essas crianças”.

Ações e ausências do atendimento escolar em Valinhos, sob a pandemia de Covid-19

Durante as entrevistas com mães e educadoras do acampamento, houve o relato sobre o atendimento por parte da prefeitura de Valinhos, não só no que diz respeito às atividades escolares para as crianças, mas também à assistência social para as famílias. Nas respostas, foi possível observar as dificuldades agravadas pelo contexto da pandemia e a falta de diálogo da prefeitura com a comunidade do acampamento. Afinal, boa parte das famílias foram prejudicadas pelo aumento do desemprego e pelo risco do despejo, o que também refletiu no

atendimento educacional, uma vez que a condição das famílias interfere diretamente no processo escolar das crianças.

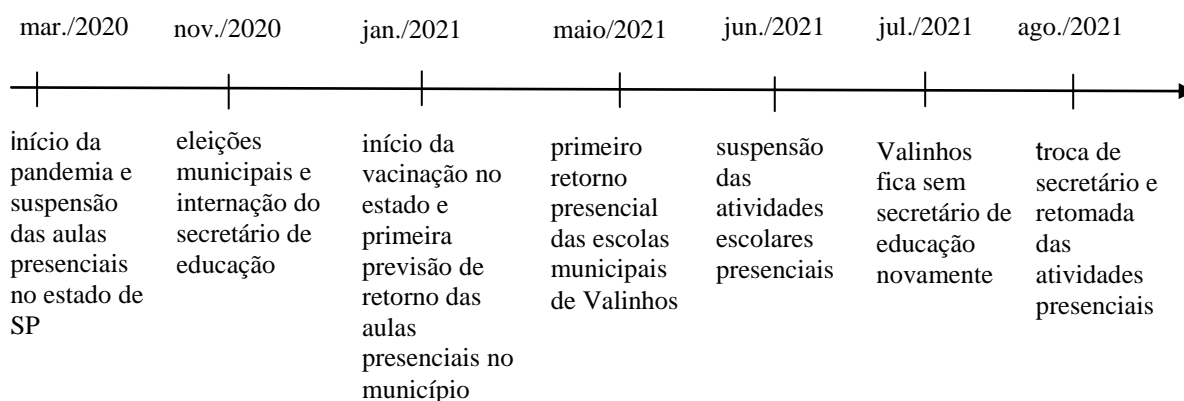
Zuleica, mãe de uma criança de 4 anos, apontou para a questão da educação infantil no município. Conforme mencionado anteriormente, conseguir colocar seus bebês nas creches municipais é um desafio para as mães do acampamento, que têm de buscar por instituições nos municípios vizinhos, visto que a prefeitura de Valinhos não garante vaga e nem mesmo transporte para essas crianças. Zuleica explica que: “não tem um transporte para quem estuda na creche, isso acaba sendo uma dificuldade. As crianças acabam indo mais tarde para a escola por esse motivo”. Por ter trabalho fixo e o apoio de sua família, que também mora no acampamento, Zuleica conseguiu que sua filha frequentasse a creche, pouco antes da pandemia, mas mesmo com a vaga garantida não deixou de destacar as dificuldades de comunicação com a escola durante a pandemia.

No que diz respeito à assistência social, segundo Jacqueline: “a prefeitura nos ajuda apenas com água”. No caso específico da pandemia, como mencionado por Zuleica, a prefeitura fez a distribuição de cestas básicas apenas duas vezes, sem nenhuma periodicidade, o que também foi relatado pela professora Paula, que afirmou que as entregas foram bimestrais e apenas para algumas famílias.

Ao ser questionada se as escolas fizeram essa distribuição, Ellen respondeu: “a escola fez, só que, assim, um mês sim, quatro, cinco, seis não. Aí ficava vago, porque, querendo ou não, eles receberam a verba, né? Mas não repassaram”. Ellen ainda disse que só era possível receber cestas básicas “se a gente corresse atrás do CRAS” (Centro de Referência de Assistência Social), o que corrobora a percepção de que a política municipal de educação não considerou as especificidades da realidade social vivenciada pelas crianças do acampamento.

Através da entrevista feita com a professora Paula, da rede municipal de Valinhos, e a análise de decretos sobre as decisões tomadas pela prefeitura em relação à educação no município durante o período, foi possível traçar a seguinte linha do tempo:

Ilustração 1 - Cronologia de fatos da educação na cidade de Valinhos, sob a pandemia.



Fonte: elaboração própria.

A seguir, foi elaborado um quadro com os decretos utilizados na pesquisa e que contribuíram para a análise. Os documentos, tanto da Prefeitura de Valinhos, quanto do Estado de São Paulo, referem-se às decisões tomadas em relação à educação durante o período entre março de 2020 e agosto de 2021. Todos eles encontram-se disponíveis nos sites oficiais da Prefeitura Municipal e Secretaria Estadual de Educação.

Quadro 1 - Decretos seguidos pela prefeitura de Valinhos.

Data	Nº Decreto
13 de março de 2020	Decreto nº 64.862 - <i>Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual.</i>
30 de novembro de 2020	Decreto nº 10.615 - <i>Dispõe sobre a manutenção de atividades remotas para as Unidades Escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino, até o término do</i>

	<i>Ano Letivo de 2020 e dá providências referentes à progressão escolar para o Ano Letivo de 2021.</i>
7 de maio de 2021	<i>Decreto nº 10800 - Estende até 23 de maio de 2021 o prazo da quarentena em razão do Coronavírus (COVID-19), mantém a Fase de Transição de acordo com balanço do “Plano São Paulo” divulgado pelo Governo do Estado no dia 07 de maio de 2021, e dá outras providências.</i>
29 de junho de 2021	<i>Decreto nº 10.859 - Dispõe sobre a manutenção do Estado de Calamidade Pública e estende até 15 de julho de 2021 o prazo da quarentena em razão do Coronavírus (COVID-19), mantém a Fase de Transição de acordo com balanço do “Plano São Paulo” divulgado pelo Governo do Estado no dia 21 de maio de 2021, e dá outras providências.</i>
12 de julho de 2021	<i>Decreto nº 10.878 - Dispõe sobre a nomeação da Sra. Claudinéia Vendemiatti Serafim, para ocupar o cargo de Chefe do Gabinete da Prefeita e dá outras providências.</i>
27 de agosto de 2021	<i>Decreto nº 10.930 - Dispõe sobre a nomeação do Sr. Cleber Ricardo Magdalena, para ocupar o cargo de Secretário da Educação e dá outras providências.</i>

Fonte: elaboração própria.

Segundo dados fornecidos pelo próprio secretário de educação do município, em 2020, Valinhos seguiu todos os decretos estaduais. Em março, seguiu a orientação de fechar as escolas, através do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020. Em maio, seguiu a cartilha disponibilizada pelo governo estadual e a distribuiu para todas as famílias. Mas, no dia 12 do mesmo mês, a prefeitura publicou, através do *site* oficial, sobre a plataforma digital (exceto para creches) que seria utilizada durante todo o período da pandemia. A plataforma, da empresa *Educa Digital*, apresentou baixo acesso por parte das famílias e não somente para a comunidade do acampamento. Mesmo assim, em 30 de novembro de 2020, o Decreto nº 10.615, que dispõe sobre a manutenção de atividades remotas até o término do ano letivo e dá

providências referentes para 2021, em seu art. 1º, estabelece que as atividades remotas da *Educa Digital* substituem as atividades presenciais e passam a ser equivalentes às horas-aula que não puderem ser realizadas presencialmente.

Ainda sobre a plataforma, ao retomar a décima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Valinhos do dia 16 de junho de 2020, Paula reproduz o que foi dito pelo próprio secretário de educação da época: “a plataforma digital, no futuro, continuará sendo usada para videoconferências, para revisões” que, segundo Paula, “foi a estratégia utilizada durante a pandemia e que persiste até hoje”. Ou seja, de acordo com o que propõe Evangelista e Souza (2020), a pandemia serviu enquanto “período de transição” para justificar a presença do ensino remoto durante e após o período de isolamento social.

Ainda em 2020, durante o primeiro ano de pandemia, ocorreram as eleições municipais, havendo a troca de gestão, inclusive da Secretaria de Educação. Antes disso, no mês de dezembro, o até então secretário foi afastado por contaminação da Covid-19, o que deixou o município sem um representante na secretaria durante um mês. Apenas seis meses após a sua nomeação, em 12 de julho de 2021, regularizada pelo Decreto nº 10.878, a nova secretária abdicou do cargo para tornar-se chefe de gabinete da prefeita, deixando o município sem secretário da educação por mais um período. Até que, em 27 de agosto de 2021, com o Decreto nº 10.927, o atual secretário ocupou o cargo. Sendo assim, durante o período da pandemia, Valinhos contou com quatro secretários de educação, demonstrando certa instabilidade, com graves prejuízos à educação pública.

Somente em 24 de maio de 2021, houve o primeiro retorno para toda a rede, oficializado pelo Decreto nº 10.800, de 7 de maio de 2021, após um ano e um mês sem o funcionamento presencial das escolas. Porém, em 29 de junho de 2021, o retorno é suspenso com o Decreto nº 10.859, que dispunha sobre a manutenção do estado de calamidade pública e estende até 15 de julho de 2021 o prazo da quarentena em razão do coronavírus. Durante o primeiro momento de retomada das atividades presenciais, de acordo com o art. 2º do decreto, as famílias podiam escolher retornar seus filhos ao ensino presencial ou mantê-los no remoto. Porém, essa escolha implicou a falta de alternativa por parte de muitas famílias que tiveram de retornar aos seus trabalhos e não tinham com quem deixar seus filhos, como foi o caso de Zuleica, do acampamento.

No caso da creche, que ao retornar passou a funcionar apenas em meio período, outro problema fez notar-se: as famílias que precisavam trabalhar fora durante o dia inteiro

passaram a procurar outros espaços, espécimes de “hoteizinhos”, como mencionado por Paula. Porém, esses espaços cobravam mensalidade, fazendo com que os familiares, em sua maioria as mães, passassem a trabalhar ainda mais para conseguir pagar. Esse foi o caso de uma mãe mencionada por Paula, que disse: “como é que eu vou pagar 600 reais para deixar meu filho se eu não trabalhar sábado e domingo?”. Essa situação, além de servir como um exemplo da expansão de um mercado que cresce sobre a exploração de mães trabalhadoras em plena crise sanitária, também reforça a ausência do Estado num momento de calamidade. No caso de Valinhos, as creches só voltaram a atender normalmente no mês de novembro, mantendo mãe e crianças sem acolhimento.

Ao ser questionada sobre como a política municipal afetou a educação durante a pandemia, a prof^a. Paula diz que:

... acho que a gente pode pensar não nas mudanças, mas pensar primeiro nas formas como foram pensadas. Estava-se pensando mais nas pessoas adultas do que nas crianças ... o que eu vejo em relação a essas mudanças é a falta de conhecimento sobre a própria rede. Isso sim, eu posso afirmar que os secretários, infelizmente, não têm conhecimento. Inclusive quando você pegar os boletins vai ver como está escrito lá, “a CEMEI” (Centro Municipal de Educação Infantil), e não é “a”, nunca foi. No próprio sistema de Valinhos, no regimento, está escrito “o”, porque é o Centro.

Por fim, Paula aponta a importância da atuação dos educadores, gestores e da própria população que, no cenário de ausência da prefeitura, se mobilizaram para auxiliar as crianças e suas famílias durante a pandemia, principalmente na questão da alimentação. Nas palavras dela: “fora do que a prefeitura fez, alguns profissionais, algumas equipes, se mobilizaram e mobilizaram outras instâncias para a arrecadação desses alimentos para as famílias que precisavam”.

Considerações finais

As motivações iniciais da pesquisa sobre o atendimento escolar das crianças do *Acampamento Marielle Vive!* se articulavam com as preocupações próprias da educação do campo, ou seja, a precariedade e a discriminação da educação de crianças e adolescentes que vivem em áreas rurais, denotando as desigualdades históricas entre territórios rurais e urbanos. Instigou-nos também entender quais seriam os desafios educacionais enfrentados pelas crianças do acampamento do MST, entre 2020 e 2021, considerando que a pandemia de

Covid-19 intensificou as injustiças sociais e as desigualdades de toda ordem; afinal, pobres e ricos, brancos e negros, população urbana e rural viveram de maneira diferenciada a intensificação do desemprego, o acesso a alimentos e aos serviços de saúde e, evidentemente, a mortalidade causada pelo coronavírus (Blengini & Rodrigues, 2021).

No *Acampamento Marielle Vive!*, a situação anterior à pandemia já era bastante difícil devido à ausência de saneamento básico, às dificuldades de fornecimento de água potável e de energia elétrica, bem como os obstáculos constantes para obtenção de assistência social do Estado. Todas essas circunstâncias agravaram o contexto vivenciado pelas crianças na pandemia, momento em que as atividades escolares presenciais foram suspensas.

Foi possível constatar que o fato de essas crianças fazerem parte de um movimento social organizado, com um Setor de Educação atuando para o enfrentamento coletivo das dificuldades, transformou a situação vivenciada por elas. Desde o primeiro momento, as cirandas infantis constituíram uma estratégia fundamental, pois proporcionaram a convivência social das crianças do território em tempos de isolamento, permitindo o diagnóstico dos problemas, tendo rápido diagnóstico quanto às dificuldades de aprendizado. Num segundo momento, essa organização possibilitou o acesso às atividades impressas fornecidas pela escola, bem como foram as mulheres do setor de educação que ampararam as crianças para a realização das tarefas que não contaram com o acompanhamento escolar.

A necessidade de auto-organização e o empenho do Setor de Educação do *Acampamento Marielle Vive!* ocorreram paralelamente às debilidades no atendimento escolar da prefeitura da cidade de Valinhos. Naquelas circunstâncias, a vacância do cargo de secretário de educação em boa parte do período, a instabilidade e descontinuidade na gestão contribuem para explicar as precariedades e inconsistências no atendimento escolar. Ao analisar as medidas tomadas pela prefeitura de Valinhos, fica evidente que a maior preocupação foi a de potencializar o ensino remoto, contabilizando o atendimento escolar por meio do número de acessos ao sistema implementado. Tal procedimento denota preocupação com aspectos quantitativos para aferir, de maneira frágil e inconsistente, a permanência na escola, enquanto deixa de lado os aspectos qualitativos, já que não se ocupou de compreender e atender às dificuldades provenientes das circunstâncias de vulnerabilidade social, tão presentes no caso do acampamento.

Dentro desse contexto de avanço da privatização na educação pública, com a implementação do ensino remoto, fica evidente o agravamento das desigualdades

educacionais por conta do baixo acesso às plataformas digitais. Sendo assim, é possível concluir que não foram consideradas as especificidades de uma parte da população, como é o caso da população do campo, em que se insere o território em foco.

Por fim, diante de todas as dificuldades, as alternativas encontradas por meio da mobilização do Setor de Educação do acampamento mostraram-se eficazes no atendimento às crianças Sem Terrinha, evidenciando que o fato de pertencerem a uma organização política como o MST influenciou na reação ao contexto da pandemia.

Referências

Bezerra Netto, L. (2003) *Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil* (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Blengini, A. P., & Rodrigues, F. C. (2021) A educação básica sob o ensino remoto na pandemia aprofundamento das desigualdades educacionais e reconfiguração do “fracasso escolar”. *ORG & DEMO*, Marília, v. 22, n. 2, p. 81-102, Jul./Dez., 2021.

Caldart, E. S. (2004) *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Del Passo, M. F., & Rodrigues, F. C. (2022) Formação política no MST: reflexões sobre as repercussões da crise hídrica na luta pela terra. In Novaes, H. T. (Org.). *Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina* (pp. 147-171). Oficina Universitária, Marília.

Prefeitura de Valinhos. (2020, 12 de maio). EDUCADIGITAL oferece conteúdo online a alunos de Valinhos. Recuperado de: <https://www.valinhos.sp.gov.br/educadigital-oferece-conteudo-online-a-alunos-de-valinhos>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Evangelista, O., & Souza, A. G. (2020, 15 de abril). Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador [Web log post] Recuperado de: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Freitas, F. A. (2018). Os pequenos sujeitos da luta pela terra: educação infantil popular na ciranda infantil do MST. *Temáticas*, 26(51), 87-118.

IPEA. (2021). Educação no meio rural: diferenças entre o rural e o urbano. *Texto para Discussão*, 2632, Brasília, DF.

Molina, M. C., & Freitas, H. C. A. (2011) Avanços e desafios na construção da educação do campo. *Em Aberto*, 24(85), 17-31.

Saviani, D., & Galvão, A. C. (2021) Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*, 67, 36-50.

Silva, Daniele. (2022) *Marielle Vive: lutando por direitos* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Recuperado de: https://issuu.com/danielesilva687/docs/livreto_03. Acesso em: 25 abr. 2023.

Stencel, L. (2022) *Vivências de professoras/es de escolas em áreas rurais no contexto da pandemia de COVID-19* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Decreto nº 64.862. (2020, 13 de março). *Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual*. São Paulo, SP: Governo do Estado.

Decreto nº 10.615. (2020, 30 de novembro). *Dispõe sobre a manutenção de atividades remotas para as Unidades Escolares integrantes da Rede Pública Municipal de Ensino, até o término do Ano Letivo de 2020 e dá providências referentes à progressão escolar para o Ano Letivo de 2021*. Valinhos, SP: Prefeitura Municipal.

Decreto nº 10.800. (2021, 7 de maio). *Estende até 23 de maio de 2021 o prazo da quarentena em razão do Coronavírus (COVID-19), mantém a Fase de Transição de acordo com balanço do “Plano São Paulo” divulgado pelo Governo do Estado no dia 07 de maio de 2021, e dá outras providências*. Valinhos, SP: Prefeitura Municipal.

Decreto nº 10.859. (2021, 29 de junho). *Dispõe sobre a manutenção do Estado de Calamidade Pública e estende até 15 de julho de 2021 o prazo da quarentena em razão do Coronavírus (COVID-19), mantém a Fase de Transição de acordo com balanço do “Plano São Paulo” divulgado pelo Governo do Estado no dia 21 de maio de 2021, e dá outras providências*. Valinhos, SP: Prefeitura Municipal.

Decreto nº 10.878. (2021, 12 de julho). *Dispõe sobre a nomeação da Sra. Claudinéia Vendemiatti Serafim, para ocupar o cargo de Chefe do Gabinete da Prefeita e dá outras providências*. Valinhos, SP: Prefeitura Municipal.

Decreto nº 10.927. (2021, 27 de agosto). *Dispõe sobre a nomeação do Sr. Cleber Ricardo Magdalena, para ocupar o cargo de Secretário da Educação e dá outras providências*. Valinhos, SP: Prefeitura Municipal.

¹ A pesquisa resultou do trabalho de iniciação científica, realizado entre abril de 2022 e maio de 2023, que contou com financiamento Fapesp (processo número 2021/13234-6).

² Os nomes das entrevistadas são fictícios, para preservar as suas identidades.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 08/05/2023
Aprovado em: 12/05/2024
Publicado em: 30/06/2024

Received on May 08th, 2023
Accepted on May 12th, 2024
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

FAPESP.

Funding

FAPESP.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Rodrigues, F. C., & Zan, J. P. (2024). Educação e MST: análise sobre a situação escolar das crianças do Acampamento Marielle Vive! durante a pandemia de Covid-19. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e15659.

ABNT

RODRIGUES, F. C.; ZAN, J. P. Educação e MST: análise sobre a situação escolar das crianças do Acampamento Marielle Vive! durante a pandemia de Covid-19. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e15659, 2024.